



DIREITO EM PERSPECTIVA

Os investimentos chineses em Portugal

Importa, pois, perceber o que levou, por um lado, o Estado a seleccionar os concorrentes chineses, e, por outro, as empresas chinesas a apostar em Portugal



Maria José Sousa Leite

Nos últimos anos temos vindo a assistir a um reforço dos investimentos chineses em Portugal – muitas vezes como porta de entrada para o mercado europeu e para os países de língua portuguesa – tendo a corrida às privatizações posto o tema na ordem do dia. Num investimento aproximado de 4 mil milhões de euros assistimos (i) à aquisição pela China Three Gorges (CTG), em 2011, de uma participação de 21,35% na EDP, por cerca de 2,7 mil milhões de Euros (ii) a aquisição, em 2012, pela State Grid (SG) de uma participação de 25% na REN, por aproximadamente 387 milhões de euros e, no início deste ano (iii) a aquisição pela FOSUN, de uma participação de 80% na Fidelidade, na Multicare e na Cares (portefólio de seguros da Caixa Geral de Depósitos), por aproximadamente mil milhões de euros.

Importa, pois, perceber o que levou, por um lado, o Estado a seleccionar os concorrentes chineses, e, por outro, as empresas chinesas a apostar em Portugal.

Se por um lado, não é difícil compreender – ainda mais num contexto de assistência financeira –, a opção do Estado por concorrentes que permitam um encaixe financeiro expressivo, por outro lado, olhar para a questão exclusivamente do ponto de vista financeiro é demasiado limitativo. A verdade é que a selecção de grandes empresas chinesas se sustentou também nas parcerias estratégicas apresentadas para as empresas alvo, na possibilidade de reforço da sua capacidade económico-financeira e no potencial de crescimento das empresas nacionais privatizadas, tanto no mercado nacional como internacional.

De facto, na sequência das referidas aquisições, e no âmbito dos compromissos estratégicos entretanto assumidos entre a CTG e a EDP, foi já concedido a esta última (e à EDP Finance) pelo China Development Bank, um financiamento no montante de mil milhões de euros.

Por outro lado e com vista à desalavan-

cagem financeira da EDP, uma empresa do Grupo CTG adquiriu em 2013 uma participação de 49% na EDP Renováveis Portugal S.A., estando igualmente prevista a aquisição pela CTG da participação detida pela EDP Renewables Europe no consórcio ENEOP.

No Brasil, o Grupo EDP (através da EDP Brasil) e o Grupo CTG (através da CWE Investment) celebraram um Memorando de Entendimento visando futuros co-investimentos e projectos conjuntos, no âmbito do qual, a CWE Investment adquiriu recentemente uma participação de 50% nas duas empresas detentoras dos direitos de desenvolvimento dos projectos das centrais hidroeléctricas de Cachoeira Caldeirão e de Jari.

Também a REN, no âmbito da parceria estratégica com a SG, contraiu um financiamento de 800 milhões de euros junto do China Development Bank, o que, de acordo com a empresa, contribuiu para a mitigação do risco de refinanciamento da empresa, assim como para

uma menor associação ao rating da República Portuguesa.

Acresce que a entrada de capital chinês nestas empresas potenciou novas oportunidades nos mercados asiáticos, permitindo quer à EDP quer à REN contrair financiamentos junto do Bank of China, no valor de 800 milhões de Euros e 200 milhões de Euros.

Neste contexto, e atraídas pelo regime de protecção ao investimento chinês (em vigor desde 1992) e pelas políticas de incentivos ao investimento, outras empresas chinesas vêem o mercado português, como um mercado com fortes potencialidades de investimento, como são os casos (a título de exemplo) do Bank of China (a exercer actividade bancária em Portugal desde 2013) e da Wuhan Industries, que anunciou recentemente um investimento de 27 milhões de euros na primeira fase de construção de uma fábrica que se prevê vir a ser concluída em 2015.

Por outro lado, e já no âmbito de parcerias internacionais entre empresas dos

dois países cumpre também referir que, em 2012 a Galp Energia e a chinesa Sinopec efectuaram uma operação de aumento de capital da Petrogal Brasil, pela qual a Sinopec passou a deter 30% da subsidiária da Galp Energia no Brasil.

Por fim, refira-se apenas que, como reflexo da intensificação das relações económicas entre Portugal e a China, associações como a Câmara do Comércio e a Indústria Luso-Chinesa, cujo número de associados tem crescido substancialmente nos últimos anos, se têm assumido como importantes plataformas para a criação de parcerias estratégicas entre empresas portuguesas, chinesas e claro está, as empresas portuguesas de capital chinês.

Associada da área de Prática de Corporate

PLMJ
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL



Empresas chinesas vêem grande potencialidade no mercado português